

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2021/2023

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: SC002578/2022
DATA DE REGISTRO NO MTE: 08/11/2022
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR056878/2022
NÚMERO DO PROCESSO: 10263.104326/2022-91
DATA DO PROTOCOLO: 08/11/2022

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SIND TRAB EMPRESAS TRANSP RODOV DE PASSAGEIROS DE JLLE, CNPJ n. 81.159.931/0001-39, neste ato representado(a) por seu ;

E

EMPRESA SANTO ANJO DA GUARDA LTDA, CNPJ n. 86.431.749/0001-09, neste ato representado(a) por seu ;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de maio de 2021 a 30 de abril de 2023 e a data-base da categoria em 01º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **Profissional dos Trabalhadores e condutores de veículos, fiscais, trocadores e escritórios, oficinas e manutenção em geral nas empresas de transportes rodoviários e urbanos, intermunicipal, interestadual e internacional de passageiros, e transporte de passageiros de turismo e fretamento; trabalhadores e condutores de veículos nas empresas de transporte de passageiros de turismo e fretamento industrial, escolar e comercial e condutores de veículos rodoviários (categoria diferenciada) nas empresas de locação de veículos**, com abrangência territorial em **Araquari/SC, Balneário Barra do Sul/SC, Barra Velha/SC, Campo Alegre/SC, Garuva/SC, Itapoá/SC, Joinville/SC, Rio Negrinho/SC, São Francisco do Sul/SC e São João do Itaperiú/SC.**

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIO NORMATIVO

Para as funções abaixo elencadas e exercidas pela categoria profissional, a empresa manterá, como piso, os seguintes salários normativos

- Motorista Interestadual

R\$ 2.692,53

- Motorista Intermunicipais

R\$ 2.332,08

A partir de maio de 2022, o motoristas passarão a ter, como piso, os seguintes salários normativos:

- Motorista Interestadual

R\$ 2.907,93

- Motorista Intermunicipais

R\$ 2.518,65

Parágrafo Primeiro: As modalidades de salários poderão ser estabelecidas por hora, dia, semana, quinzena, mês, empreitada, mista ou outras estabelecidas entre as partes contratantes.

Parágrafo Segundo: O empregado que estiver em treinamento para outro cargo ou função somente terá direito ao salário do novo cargo ou função ao término do treinamento, desde que tenha concluído e sido aprovado no treinamento e efetivamente transferido para a nova área.

Parágrafo Terceiro: Os integrantes da categoria profissional não poderão receber salário inferior ao piso salarial estadual criado através da Lei Complementar nº 459/2009. Nas datas de atualização dos pisos estaduais as empresas adequarão os salários de seus empregados de modo que ninguém receba salário inferior ao mesmo, inclusive em relação aos empregados com os pisos previstos nesta convenção e que fiquem abaixo do piso estadual.

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - CORREÇÃO SALARIAL

Os salários serão reajustados no percentual de 8% à partir de maio de 2022 e 4,47% em Janeiro de 2023 sobre os salários base de abril de 2022. exceto categoria profissional de motoristas, para estes a partir de Janeiro/2023, a empresa garantirá, como piso, os seguintes salários normativos:

- Motorista Interestadual

R\$ 3.028,29

- Motorista Intermunicipais

R\$ 2.737,89

Isonomia Salarial

CLÁUSULA QUINTA - GARANTIA DE SALÁRIOS

Fica garantido aos empregados abrangidos pelo presente Acordo os salários percebidos, cabendo igual salário aos empregados novos admitidos para a mesma função, sem considerar vantagens pessoais.

Descontos Salariais

CLÁUSULA SEXTA - AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTOS

Para efeitos do disposto no art. 462 da CLT, a empresa poderá descontar da remuneração mensal do empregado, quando expressamente por ele autorizados, parcelas relativas à planos de assistência médica e odontológica, mensalidade de seguros de vida, associação de funcionários, mensalidade do Sindicato

Profissional, os descontos previstos na Cláusula Correção Salarial do contrato de trabalho, bem como de empréstimos pessoais obtidos perante a empregadora e aqueles decorrentes da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003.

Parágrafo Único: Ao tempo da rescisão contratual, pendendo qualquer débito previsto no caput desta cláusula, a empregadora poderá proceder aos descontos necessários à liquidação total do mesmo.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA SÉTIMA - ADIANTAMENTO

A empresa fará um adiantamento de salário de 40%(quarenta por cento) até o dia 23 do mes.

CLÁUSULA OITAVA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

As empresas fornecerão aos seus empregados comprovantes de pagamentos, através de holerite emitido pela instituição bancária, especificando todos os valores pagos, os descontos efetuados e os recolhimentos dos encargos trabalhistas, especialmente FGTS e INSS.

Parágrafo único: a empresa fica obrigada em fornecer o comprovante de pagamento impresso quando solicitado pelo funcionário.

CLÁUSULA NONA - PAGAMENTO MENSAL DE SALARIO

As empresas farão o pagamento mensal dos salários até o 5º dia útil do mês subsequente ao trabalhado, e toda vez que este dia cair num sábado, o pagamento em cheque será antecipado para o dia imediatamente anterior.

Parágrafo Primeiro: As empresas ficam autorizadas, nos termos do parágrafo único, do Art. 464, da CLT, a efetuarem o pagamento de salário mediante depósito em conta bancária do empregado, sendo válido como quitação o comprovante do depósito, dispensando-se a assinatura ou rubrica dos empregados nos contracheques.

Parágrafo Segundo: Quando, para o fechamento da folha de pagamento, depender de documentos ou dados que estiverem em poder do empregado em viagem, eventuais diferenças referentes à remuneração poderão ser pagas no mês imediatamente posterior.

No período compreendido como calamidade pública, em decorrência do COVID-19, a empresa fica isenta de pagamento de qualquer multa por atraso no pagamento dos salários.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

13º Salário

CLÁUSULA DÉCIMA - 13º SALARIO

As empresas se obrigam a pagar a primeira parcela do décimo terceiro salário dos seus empregados até o dia 30 de novembro e a segunda parcela do mesmo até o dia 15 de dezembro de 2020, ficando resguardado o direito dos empregados, na conformidade da lei, solicitarem antecipação de 50% (cinquenta por cento) do 13º salário, por ocasião do gozo das férias.

Parágrafo Único: No cálculo do 13º salário, férias e do repouso remunerado, serão computados as médias das horas extras, comissões, prêmios, gratificações e adicionais noturnos, de insalubridade e periculosidade, quando devidos, bem como a média de quaisquer outras verbas habitualmente pagas.

Adicional de Tempo de Serviço

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - TRIÊNIO

Aos empregados admitidos até 30/04/2004 será concedido um adicional de 3% (três por cento), calculados sobre o salário base, a título de triênio, a cada três anos de serviços efetivamente prestados.

Outros Adicionais

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VIAGENS ESPECIAIS

As despesas de viagens especiais, referente a alimentação e hospedagem necessitadas pelo empregado, quando não fornecidas pela empresa, serão ressarcidas pela mesma, mediante comprovante legal.

Parágrafo Primeiro: As empresas que adotarem o critério de dois motoristas por veículo, para sistema de revezamento, pagarão na forma da lei.

Parágrafo Segundo: Nos serviços de fretamento e turismo, os períodos de espera em que o motorista ficar aguardando grupos ou passageiros, por analogia ao disposto no § 8º do art. 235-C da CLT, não serão considerados como jornada de trabalho nem como horas extraordinárias, sendo remunerados a base de 30% (trinta por cento) do salário-hora normal.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

A partir de Maio de 2022 a empresa fornecerá a todos os empregados auxílio alimentação, mensalmente, no valor de R\$ **515,00 (quinhentos e quinze reais)**, mediante fornecimento de cartão magnético.

A partir de Novembro de 2022 a empresa fornecerá a todos os empregados auxílio alimentação, mensalmente, no valor de R\$ **526,00 (quinhentos e vinte e seis reais)** mediante fornecimento de cartão magnético.

Paragrafo Unico: A partir de Janeiro/2023 a empresa fornecerá exclusivamente a todos os motoristas da categoria profissional além do auxilio alimentação acima citado, um auxilio em VR (Vale Refeição) no valor de R\$ 241,00 (duzentos e quarenta e um reais)

Os valores devidos a título de alimentação não integram o salário dos empregados, conforme disposição do artigo 457, §2º da CLT.

Auxílio Transporte

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - TRANSPORTE GRATUITO

As empresas concederão em suas linhas, transporte gratuito aos seus empregados, quando

em serviço e desde que uniformizados e identificados

Auxílio Morte/Funeral

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - AUXÍLIO FUNERAL

As empresas garantirão, uma única vez, à viúva do empregado que venha a falecer, o valor de um salário mensal, mediante apresentação do atestado de óbito.

Outros Auxílios

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ASSISTÊNCIA JURÍDICA

As empresas assegurarão assistência jurídica gratuita ao empregado que for indiciado em inquérito policial ou responder a ação penal por ato praticado no desempenho de suas funções, em decorrência de acidentes de trânsito, atropelamento, ou ainda, na defesa do patrimônio da empresa.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - JUSTA CAUSA

A empresa deverá fornecer por escrito ao empregado, os motivos da demissão por justa causa, indicando o texto legal violado.

Aviso Prévio

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - AVISO PRÉVIO

Fica assegurado ao empregado com mais de 5 (cinco) anos de serviço na mesma empresa, que for demitido sem justa causa, uma indenização adicional correspondente a 1 (um) salário percebido.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DISPENSA DO AVISO PRÉVIO

Fica dispensado do cumprimento integral do aviso prévio o empregado que obtiver novo emprego antes do término do respectivo prazo, a pedido deste, recebendo a remuneração proporcional aos dias trabalhados.

Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

CLÁUSULA VIGÉSIMA - CONTRATO TEMPORÁRIO E DE EXPERIÊNCIA

As empresas poderão instituir contratos de trabalho por prazo determinado, na forma do que dispõe a Lei nº 9.601, de 21 de janeiro de 1998 e Decreto nº 2.490, de 04 de fevereiro de 1998, mediante negociação com a entidade profissional.

Parágrafo Único: O contrato de experiência fica suspenso durante auxílio-doença comum ou acidentário, completando-se o tempo nele previsto após o término do benefício previdenciário.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Ferramentas e Equipamentos de Trabalho

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - APETRECHOS DE VIAGEM

Para a perfeita realização do trabalho, as empresas colocarão à disposição dos motoristas, além do veículo, os equipamentos de viagem, por cuja guarda e manutenção são responsáveis, cessando esta com a entrega ou prestação de contas ao final da viagem ou trabalho.

Estabilidade Mãe

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - ESTABILIDADE À GESTANTE

Fica garantida à empregada gestante, a estabilidade provisória no emprego de 60 (sessenta) dias após o término do licenciamento da previdência, exceto nos casos de dispensa por justa causa, pedido de demissão ou acordo entre as partes.

Estabilidade Aposentadoria

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - GARANTIA PRÉ-APOSENTADORIA

Os empregados que contarem com mais de 10 anos de trabalho, na mesma empresa, terão estabilidade provisória de 12 meses, quando necessitarem desse período para a aposentadoria, salvo a hipótese de justa causa.

Parágrafo Único: Para ter direito ao benefício estabelecido nesta cláusula o trabalhador deverá notificar por escrito à empresa, no mínimo 30 dias antes o período dos 12 meses que antecederem o período aquisitivo, informando sobre a condição de pré-aposentadoria.

Outras normas referentes a condições para o exercício do trabalho

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - LIMPEZA DE VEÍCULOS

Os motoristas e cobradores ficam desobrigados da limpeza de veículos quando do recebimento dos mesmos na garagem, bem como ao final de jornada, quando da entrega, também na garagem.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Duração e Horário

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - JORNADA DE TRABALHO

A jornada de trabalho será de 07:20 (sete horas e vinte minutos) horas diária, 44 (quarenta e quatro) horas semanais e 220 (duzentos e vinte) horas mensais, ainda que se caracterize turno ininterrupto de revezamento, podendo ser compensada, prorrogada ou revezada na forma da lei.

Parágrafo Primeiro: Ficam as empresas autorizadas a firmarem acordos individuais de compensação, nas atividades compatíveis, para implantação de regime de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso.

Parágrafo Segundo: Nos intervalos de viagens ou linhas os empregados não ficam à disposição das empresas, nem serão considerados como trabalho efetivo, para quaisquer efeitos, os períodos de descanso ainda que gozados nas dependências das empresas.

Prorrogação/Redução de Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - PRORROGAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

Fica ajustado a possibilidade de prorrogação da jornada extraordinária por até 4 (quatro) horas diárias, na forma do disposto no art. 235-C, da CLT, introduzido pela Lei nº 13.103 de 02/03/2015.

Intervalos para Descanso

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - INTERVALO INTRAJORNADA

Para atender as especificidades das linhas, serviços especiais ou fretamentos operados pela empresa Santo Anjo da Guarda, o intervalo intrajornada poderá ser superior a 2 (duas) horas, conforme estabelecido a seguir:

Dois intervalos intrajornada para descanso e alimentação, sendo cada um deles, no mínimo de 30 (trinta) minutos e não poderá exceder a 2 (duas) horas; ou

Um intervalo intrajornada, o qual será, no mínimo de 30 (trinta) minutos e não poderá exceder a 4 (quatro) horas.

Parágrafo Único: Para o transporte rodoviário o intervalo intrajornada poderá ser reduzido para 30 (trinta) minutos, sendo este prazo mínimo respeitado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - INTERVALO INTERJORNADA

Fica garantido para o transporte rodoviário o intervalo interjornada de no mínimo 11 (onze) horas de descanso que deve ser concedido aos empregados dentro do período de 24 (vinte quatro) horas, e poderá ser fracionado pelo empregador em uma única vez, nos termos do parágrafo terceiro do 235-C, da CLT.

Será garantido o intervalo mínimo de 8 (oito) horas ininterruptas no primeiro período de concessão, sendo que o tempo restante será concedido, uma única vez e no domicílio do empregado, dentro das 16 (dezesseis) horas seguintes ao fim do primeiro período de gozo.

Descanso Semanal

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - REPOUSO/FOLGAS

Fica garantida uma folga semanal, com intervalo mínimo de 35 horas, e, ao efetuarem as escalas de revezamento para os empregados sujeitos ao trabalho dominical, as empresas gestarão no sentido de que os mesmos tenham, no mínimo, dois domingos a cada dois

meses.

Parágrafo único - Considerando as peculiaridades do transporte coletivo de passageiros, os convenientes ajustam que a folga compensatória do domingo e do feriado trabalhado poderá ser concedida na mesma semana ou na semana subsequente.

Controle da Jornada

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - REGISTRO DA JORNADA

Para registro da jornada de trabalho do pessoal de operação dos ônibus, poderá ser utilizado o sistema de controle eletrônico, cartão-ponto, pranchetas de bordo ou de fichas-ponto, sendo que estas deverão ser preenchidas pelo empregado e por este assinadas.

Os registros de ponto eletrônicos podem ser realizados através de aplicativos de celulares, equipamentos eletrônicos disponíveis aos empregados ou disponíveis nos veículos (ônibus) a serem transportados da empresa. Do mesmo modo, são válidos registros de ponto manuais em caso de desempenho de atividade fora das dependências da empregadora.

Parágrafo primeiro - Toda a jornada de trabalho será registrada, sendo obrigação do motorista efetiva e correta anotação do horário trabalhado.

Parágrafo segundo - A jornada de trabalho do motorista empregado não tem horário fixo de início de final ou de intervalos.

Férias e Licenças

Duração e Concessão de Férias

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - AVISO DE FÉRIAS

A concessão de férias será participada por escrito, ao empregado, com antecedência de no mínimo 30 (trinta) dias, cabendo este assinar a respectiva notificação.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Uniforme

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - UNIFORMES

As empresas fornecerão a seus empregados, motoristas e cobradores, quando exigido, dois jogos de uniforme por ano, gratuitamente. Aos demais empregados de oficina e manutenção será fornecido um macacão, um par de botas de borracha e equipamentos de proteção, por ano. Os mesmos devem ser devolvidos à empresa, nas condições que se encontrarem, por ocasião do seu desligamento, sob pena de ser possível o desconto do valor correspondente.

Parágrafo Único: As empresas que optarem pelo pagamento em dinheiro dos uniformes e macacões deverão descontar dos empregados os valores dos mesmos, devendo devolver ao trabalhador os mesmos valores mensalmente, ou de acordo com os vales descontados, e estes à empresa, o crachá e a gravata.

Aceitação de Atestados Médicos

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - ATESTADOS MÉDICOS

Os Atestados emitidos por médicos e dentistas, bem como as declarações de comparecimento fornecidas por emergência ambulatorial, serão aceitos pela empresa para todos os efeitos.

O empregado deverá comunicar a empresa do seu afastamento e fazer chegar o atestado, ou declaração de comparecimento em emergência ambulatorial, na empresa até 24 horas do seu afastamento, devido o prazo para comunicação no e-social

Parágrafo Primeiro: o empregado pode comunicar a empresa referente seu afastamento através de E- mail, Whatsapp, Ligação, ao seu superior imediato.

Parágrafo Segundo: A empresa aceitará atestados médicos e odontológicos emitidos pelo serviço médico e odontológico do sindicato profissional.

Relações Sindicais

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

A empresa descontará de todos os trabalhadores beneficiados por este instrumento coletivo de trabalho sob responsabilidade do Sindicato Laboral, conforme aprovado na assembléia geral extraordinária da entidade profissional, o percentual de 3,00% (três por cento) da remuneração base de seus funcionários até o teto máximo de R\$ 3.000,00 (três mil reais), dividida em 06 (seis) parcelas de 0,5% (zero virgula cinco por cento), nos meses, Novembro/2022, Dezembro/2022, Janeiro/2023, Fevereiro/2023, Março/2023 e Abril/2023 para serem aplicados no atendimento social do Sindicato, recolhendo o total descontado em conta bancária do sindicato profissional, até o 10º dia posterior ao desconto. Cabendo ao empregado que houver o desconto de 0,5% (zero virgula cinco por cento) o benefício de todos

os convênios do Sindicato.

Parágrafo único: Fica estabelecido o direito de oposição dos trabalhadores, na forma da MEMO CIRCULAR SRTE/TEM Nº 04 DE 20/01/2006, a seguir transcrita: “Para exercer o direito de oposição, o trabalhador deverá apresentar, no sindicato carta escrita de próprio punho, no prazo de 10 dias antes do primeiro desconto. Havendo recusa do desconto por parte do trabalhador, incidirá na perda dos Benefícios do Sindicato Laboral.

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - DEVOLUÇÃO DE VALORES DESCONTADOS EM FAVOR DO SINDICATO

Caso a empresa venha ser condenada, pela Justiça do Trabalho, a devolver importâncias referentes a Taxa Confederativa, descontadas de empregados não sindicalizados, por força de Convenções anteriores e desde que nelas previsto, fica o Sindicato Profissional obrigado a indenizar a empresa nos mesmos valores.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - TAXA ASSISTENCIAL

As empresas estabelecidas na base territorial do Sindicato Profissional obrigam-se a fazer uma contribuição mensal para o aperfeiçoamento da Assistência Social da entidade profissional conveniente, correspondente a 1,5% (um virgula cinco por cento) do valor do salário base de cada empregado lotado na base territorial do Sindicato Profissional e uma contribuição de 0,5% (zero virgula cinco por cento) para a Federação dos Condutores de Veículos e Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Cargas e Passageiros no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo Único: As contribuições previstas no “caput” serão repassadas ao Sindicato Profissional e a Federação até o 10º dia útil após o pagamento dos salários dos empregados e, o recolhimento fora do prazo estipulado sujeitará à empresa a multa de 10% (dez por cento) mais juros legais.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - QUITAÇÃO ANUAL.

Fica assegurada pelo sindicato a competência homologar Termo Anual de Quitação de obrigações trabalhistas para todos os empregados, na vigência ou não do contrato de trabalho. O termo discriminará as obrigações cumpridas mensalmente, e dele constará a quitação anual dada pelo empregado, com eficácia liberatória das parcelas nele especificadas, nos moldes do art. 507-B CLT.

Parágrafo Único: O valor estipulado pela prestação do serviço de homologação é de 15% (quinze por cento) do piso salarial do empregado favorecido.

Disposições Gerais

Aplicação do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

O presente Acordo Coletivo regulará as condições jurídicas de emprego na Empresa Santo Anjo da Guarda Ltda., dentro da base territorial do Sindicato Conveniente, prevalecendo sobre qualquer outro instrumento coletivo ou normativo de trabalho firmado na base territorial do Sindicato Profissional.

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - CLÁUSULA PENAL

Fica estabelecida a multa pelo descumprimento das condições e cláusulas contratadas no valor de 5% do salário normativo de motorista interestadual, por cláusula infringida, devendo ser repassado ao Sindicato Profissional.

Essa cláusula não se aplica a qualquer descumprimento durante o período de calamidade pública decorrente da pandemia COVID-19, em especial, quando ao atraso no pagamento de salários e/ou benefícios aos empregados.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - MORA SALARIAL

A empresa pagará ao empregado 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o salário vencido, no caso de mora salarial, sendo considerado atraso o pagamento realizado após o 5º dia útil do mês subsequente ao trabalhado.

Outras Disposições

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por estarem justos e convencionados, os representantes legais das entidades firmam o

presente instrumento em três vias de igual teor e forma, cuja terceira via será depositada na Delegacia Regional do Trabalho, para registro e homologação.

RUBENS MULLER
Presidente
SIND TRAB EMPRESAS TRANSP RODOV DE PASSAGEIROS DE JLE

CARLOS HENRIQUE PASTRO PEREIRA
Diretor
EMPRESA SANTO ANJO DA GUARDA LTDA

ANEXOS
ANEXO I - ATA

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.